

Colegas mostram seu talento

A última Sesta Básica do ano, dia 3/12, mostrou os talentos do pessoal que frequenta as Oficinas de Cultura do Sintrajufe, além de comemorar o aniversário de 6 anos do sindicato. O grupo da Oficina de Espanhol declamou a poesia Biente, de Pablo Neruda, enquanto os participantes das aulas de técnica vocal mostraram alguns sucessos da MPB. Também houve exposição de fotografias e de textos literários, além da apresentação (voz e violão) da ex-oficineira Deise Folly.



Evento relembra massacre de Porongos

Neste ano, em Pinheiro Machado, a Semana da Consciência Negra lembrou o massacre dos lanceiros negros na serra de Porongos. As vésperas da assinatura do tratado de paz entre imperialistas e farrapos, os lanceiros negros, a mando do Duque de Caxias, foram previamente desarmados pelo seu comandante, David Canabarro. Na madrugada de

14 de novembro, foram assassinados pelas tropas imperiais, sem chance de defesa.

Caravanas de vários municípios gaúchos participaram, além do ministro da Cultura, Gilberto Gil e diversas autoridades. O Sintrajufe também esteve presente, representado pelo colega Armando da Silva, do TRT.

Justiça Estadual vota pela permanência na CUT

Em assembleia realizada dia 3/12 (foto), os servidores filiados ao Sindjus rejeitaram a proposta de parte da diretoria que defendia a desfiliação do sindicato da CUT. A categoria também não aprovou a participação na Conlutas, como queriam aqueles que defenderam a desfiliação. A permanência do sindicato na CUT foi defendida durante a assembleia por Paulo Farias e Bernadete Menezes, respectivamente, da direção estadual e nacional da CUT. Segundo Farias, a CUT sai fortalecida do processo, com a categoria reafirmando a importância da Central para os trabalhadores gaúchos e a necessidade de união em detrimento da divisão, defendida pela oposição.

Imprensa Sindjus / Divulgação



Camping já está funcionando

O camping do sindicato já está recebendo os associados e seus familiares para a temporada 2004-2005. O local tem capacidade para 36 barracas, cozinhas individualizadas, chuveiros, sanitários, geladeira grande (oito portas), freezer e tanques para lavar roupa. Colegas não sindicalizados poderão usufruir do local, desde que um servidor sindicalizado fique responsável pela utilização no período em que seu convidado lá permanecer.

Os preços são os mesmos da temporada passada: associado e dependentes não pagam e dos não-sindicalizados são cobrados R\$ 5,00 por pessoa. O camping fica na rua Silveira Martins, 1867, em Cidreira.

Agenda

Secretários de audiência
10/12 – reunião 14h, na 1ª VT,
Porto Alegre.

Audiência no TRE

14/12 – às 17h, com o presidente
do tribunal, desembargador
Paulo Augusto Monte Lopes.

Contra a discriminação racial
8/1 – FALTA HORÁRIO
reunião da CECDR CUT na sede
Sintrajufe.

Encontro dos Trabalhadores
do Judiciário do Cone Sul
25 e 26/1 – em Porto Alegre.

Fórum Social Mundial
26 a 31/1 – em Porto Alegre.

27/1 – Oficina: Reforma do
Judiciário e a Alca (promoção:
FJA, Fenajufe, e AFJU).

Coral faz concerto natalino

O Coral Renascer fará um
concerto de Natal no dia 16/12,
às 12h, no saguão do prédio da
JF, e às 12h30min no TRF. Os
colegas convidam toda a cate-
goria para assistir ao concerto
natalino.



Agenda 2005

Já estão à venda no sindicato as agendas para 2005. Encadernada em formato de livro, com capa dura, a edição foi elaborada pela equipe no Núcleo Piratininga de Comunicação – NPC, com sede no Rio de Janeiro, e traz como destaque os principais fatos históricos, políticos e culturais. A comercialização está sendo feita diretamente na sede do Sintrajufe, ao preço de R\$ 18,00. Mais informações pelo telefone (51) 3235-1977.



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS – Nº 202 – De 9 a 17 de dezembro de 2004

Fotos Marcelo Antunes



A Coordenação dos Movimentos Sociais promoveu em 26/11, a nona edição da Marcha dos Sem. Enquanto faltam milhares de policiais nas ruas de Porto Alegre e do interior do estado, dezenas de brigadianos fornecem "proteção" à RBS, que é um dos grupos de mídia mais poderosos do Brasil e que cotidianamente vende uma falsa imagem dos movimentos populares à sociedade gaúcha, colocando, sempre que pode, contra a organização dos trabalhadores.

Comissão aprova projeto que cria novos cargos no TRT

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara aprovou, dia 8/12, por unanimidade, o parecer do deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), ao projeto que cria novos cargos no TRT. São 754 cargos para área ou especialidade, 650 cargos em comissão e funções comissionadas e 317 transferências de FCs foi apresentado pelo TRT da 4ª Região. Agora, o projeto será encaminhado a Comissão de Finanças e Tributação e posteriormente à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Marcha pelo salário mínimo e pela correção IR

Um salário mínimo de R\$ 320,00 em 2005 e a correção da tabela do Imposto de Renda.

Com essas bandeiras, a CUT irá liderar uma marcha sobre Brasília nos dias 13, 14 e 15 de dezembro. A Central vai cobrar mudanças na política econômica do governo e solicitar que o Executivo não envie ao Congresso o projeto de Reforma Sindical. Para a direção da CUT, há necessidade de se debater mais o assunto.

A CUT também propõe que o governo e o Congresso formulem lei fixando uma política de recomposição para o salário mínimo. Outras centrais, como For-

ça Sindical, CGT, CGTB e CAT, também aderiram à proposta.

Quanto à tabela do IR, as centrais propõem um reajuste escalonado (10% em 2005 e, até 2007, 17% mais a inflação de 2005 e 2006). Levantamento feito pela CUT indica que, de 1996 a dezembro deste ano, a defasagem da tabela seja da ordem de 63,2%.

Segundo a organização da marcha, sindicalistas de pelo menos 13 estados participaram do protesto. A concentração será dia 12 em Luziânia (GO). A expectativa é que os participantes marchem 15km por dia rumo à Esplanada dos Ministérios.

Reforma do Judiciário não acaba com o recesso

Muitos colegas têm perguntado se a Reforma do Judiciário, promulgada em 8/12 extingue o recesso de fim de ano no Judiciário Federal (de 20 de dezembro a 6 de janeiro de cada ano). Para o advogado Pedro Maurício Pita Machado, o recesso não acaba. O texto aprovado pelo Congresso, o art. 93 da Constituição da República passa a ter a seguinte redação: "A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de 2º grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente." Como se vê, o que fica proibido são "férias coletivas", exceto nos tribunais superiores. Não se veda o chamado recesso forense no primeiro e no segundo graus.



Respeito ao servidor, reajuste geral digno (e não 0.01%), disposição para as lutas, igualdade nos benefícios: é o que o Sintrajufe deseja em 2005!

Aprovadas mudanças estatutárias e prestação de contas

Por unanimidade da categoria presente à assembléa geral estadual, realizada na tarde do dia 8/12, na sede, foram aprovadas as contas do Sintrajufe do período fiscal de janeiro a agosto de 2004.

A prestação, que contou com o auxílio do contador do sindicato, João Luiz, também obteve parecer favorável de todos os integrantes do Conselho Fiscal da entidade. Na ocasião da assembléa, a participação da categoria contabilizou mais de 90 participantes.

Após debate e análise dos servidores,

também foram aprovadas as propostas de alterações estatutárias. Desta forma, o estatuto do Sintrajufe já está adaptado ao novo Código Civil Brasileiro.

Em breve, todos os artigos e parágrafos que sofreram alterações estarão disponíveis para análise da categoria na página do sindicato (www.sintrajufe.org.br).

Além da aprovação das contas e das alterações estatutárias, a categoria ouviu do colega Paulo Rosa um relato sobre a última plenária da Cnesf ocorrida em Brasília/DF em 26 /11.

Fotos Marcelo Antunes



Estatuto está adequado ao novo Código Civil

Justiça Eleitoral

Movimentação extraordinária e URV na pauta de assembléa

Em assembléa de base realizada dia 1/12, no auditório do TRE da Duque, os colegas da JE a audiência com o presidente do tribunal, desembargador Paulo Augusto Monte Lopes, marcada para o dia 14, às 17h, entrou na pauta. Como estarão na pauta a URV e a movimentação extraordinária, ficou definido que todos os colegas que puderem devem se dirigir ao gabinete, a fim de pressionar o tribunal quanto a esses assuntos, de fundamental importância para a categoria. O Sintrajufe informou que a Fenajufe está fazendo um debate nacional sobre a jornada de trabalho e o atendimento ao público externo na Eleitoral. Entre as propostas em debate, há a da criação de dois turnos de 6 horas diárias de trabalho, o que melhoraria significativamente o atendimento à população e evitaria as atuais filas.

Rosane Vargas



Servidores devem pressionar TRE

Foram distribuídos os adesivos das campanhas pelo pagamento da URV e de esclarecimento sobre a derrubada da liminar do sindicato pela manutenção da movimentação extraordinária. Com o fim do chamado "arrastão", vários colegas, principalmente mais novos, que têm os menores salários, poderão ter uma redução de até 33% no salário. Os colegas aprovaram, por unanimidade, a prestação de contas do Sindjers referente ao biênio 2002/2004, encerrado em junho deste ano, quando houve a unificação da entidade com o Sintrajufe.

Fenajufe cobra que URV e quintos sejam pautados em reunião do CJF

A Fenajufe solicitou ao presidente do STJ, Edson Vidigal, que fossem pautadas na sessão do CJF de 13/12 dois pontos de interesse da categoria: a alteração dos índices de correção dos valores já pagos pela URV e a concessão dos quintos. Os diretores da Fenajufe argumentaram com Vidigal sobre a possibilidade de ter uma verba de cerca de R\$ 150 milhões de sobras no orçamento desse ano. Para os diretores, as demandas dos servidores da JF deveriam ser avaliadas para a possibilidade de uma parte desse recurso ser destinada ao pagamento de determinadas pendências, como a URV. A Fenajufe fez um memorial com os pontos da pauta de reivindicações. O Sintrajufe encaminhou cópia ao Des. Vladimir Freitas, que compõe o CJF. Vidigal garantiu, ainda, que, se algum dos pontos for avaliado pelo plenário, será dado o espaço à federação para fazer sustentação oral. Servidores devem acompanhar a reunião do CJF, que será realizada no plenário do STJ.

Justiça do Trabalho

Cálculos da URV estão prontos

O Sintrajufe recebeu no dia 7/12 os cálculos dos juros da URV/JT. Os valores serão informados para os e-mails particulares dos servidores que entregaram as procurações. Aqueles que ainda não entregaram as procurações e tiverem interesse em saber os seus valores e fazer a execução pelo sindicato podem entrar em contato com Joelle ou Tais pelo telefone 3231-0055 ou juridico@sintrajufe.org.br e reltrabalho@sintrajufe.org.br.

Abriremos prazo até o dia 10/1/05 para quem quiser questionar o valor do cálculo. Após esse prazo o sindicato ingressará com a ação de execução, como substituto processual. Como ainda não há matéria pacífica quanto aos sindicatos poderem fazer a execução provisória, corremos o risco de ter que desmembrar o processo em grupos. Ainda há um recurso extraordinário pendente do sindicato e da União no STF; por isso, o recebimento dos valores só ocorrerá após o transitado em julgado do processo.

Saúde do trabalhador

Sintrajufe apresenta proposta em encontro em Florianópolis

A saúde do trabalhador foi o tema principal da 1ª Oficina Interestadual Sul em Saúde do Trabalhador, em Florianópolis, dia 6/12. Participaram representantes do RS, de SC e do PR. Os presentes, em sua maioria coordenadores dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, profissionais da vigilância sanitária, sindicalistas e membros de ONGs, aprovaram por unanimidade a proposta de fiscalização no ambiente de trabalho do serviço público apresentada pelas diretorias do Sintrajufe Denise e Mara.

Também foi aprovado um encaminhamento que obriga o sistema de saúde privado (planos e cooperativas) a notificar ao SUS os números referentes a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Com isso será possível ter uma visão mais rea-

lista do quadro.

É importante que os servidores federais gaúchos apresentem teses sobre o tema no encontro de planejamento, que reunirá representantes dos três estados da região sul, em março, em Florianópolis. Será uma preparação para a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, a ser realizada em agosto. Em julho, o RS realizará a II Conferência Estadual, preparatória para o encontro nacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde, de 1% a 4% das ocorrências de casos relacionados às doenças ocupacionais são registradas na América Latina. De acordo com o Ministério do Trabalho, o Brasil gasta R\$ 12 bilhões por ano no tratamento e no atendimento de pessoas acidentadas no trabalho e afetadas por doenças relacionadas ao trabalho.

CUT fortalece combate à violência contra a mulher

Por que realizar um seminário voltado para sindicalistas enfocando o combate à violência contra a mulher?

O Seminário Nacional de Combate à Violência contra a Mulher faz parte de um projeto mais amplo de Políticas de Combate à Violência contra a Mulher no Trabalho, que teve seu início em março deste ano e que irá até final de 2005, contando com o apoio do Fundo de Igualdade de Gênero. A violência contra a mulher sempre foi, e é, uma preocupação central da CUT e que, com esse projeto, pôde ser evidenciada.

Quais os objetivos do seminário?

Sensibilizar dirigentes e lideranças sindicais cutistas sobre a não-aceitação da violência contra a mulher no local de trabalho, no cotidiano do espaço sindical e na vida; instrumentalizá-los; incentivar as mulheres do movimento sindical cutista para a construção de alianças e parcerias com outras organizações da sociedade, visando ao fortalecimento de ações de combate à violência; qualificar as mulheres sindicalistas para intervir nos diferentes espaços políticos e de poder.

Como está o envolvimento dos sindicatos?

Na primeira fase do projeto, foram realizadas oficinas regionais nas quais mais de 120 de lide-

res sindicais foram sensibilizados sobre o problema de violência contra a mulher no trabalho. A partir dessa sensibilização, poderão ser desenvolvidos projetos locais, mobilizando a sociedade. Para 2005, esperamos uma grande repercussão da campanha, que trará impactos nas negociações coletivas e na inclusão de cláusulas sobre o combate à violência contra a mulher.

O quadro de violência contra a mulher no Brasil se modificou nos últimos anos?

Sim, e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem grande responsabilidade nos avanços. A criação de uma Secre-

mética no Código Penal, definindo juridicamente o crime de violência doméstica e a pena para o agressor. Todas essas ações só foram possíveis porque há uma marcante mobilização dos movimentos democráticos e feministas, e a CUT tem se esforçado em fortalecer esses movimentos. Há muito o que fazer. Não somente lutar por novas políticas públicas, mas, o que é mais difícil, fazer a lei ser aplicada, mudar hábitos enraizados.

Como a CUT vem trabalhando com o tema violência contra a mulher?

Quando a CUT foi fundada em 1983, as mulheres estiveram

CUT inaugurou a política de cotas para as mulheres, que mais tarde se transformou em leis nacional e estaduais. Mais recentemente, a CUT tem abordado a questão de gênero para elaborar suas estratégias políticas; isso tem permeando as discussões da política sindical da CUT, em nível nacional e internacional. Outro ponto importante foi a criação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora em 2003, no 8º Concut.

Terminado o seminário, como a Central pretende manter o assunto na ordem do dia?

O projeto é para ser desenvolvido nestes dois anos, estamos no primeiro ano. Além dele, a nossa perspectiva é estabelecer parceria com a sociedade civil organizada. A oficina nacional sobre negociação coletiva, cláusulas e acordos referentes ao combate à violência contra a mulher é uma das atividades previstas mais importantes, porque irá repercutir na vida de muitas pessoas, mulheres e homens. Ao longo de 2005, publicaremos cartilhas e cadernos para instrumentalizar líderes sindicais. As metas são ambiciosas. No entanto, nenhum esforço deve ser poupado quando se pensa na construção de uma sociedade igualitária e democrática.



Maria Ednalva Bezerra de Lima é a titular da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. Professora, militou na organização da categoria na Paraíba. É membro efetivo da direção executiva da CUT Nacional e do Conselho Diretor do Observatório Social/CUT.

taria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, é o reconhecimento da necessidade de fazer algo para corrigir desigualdades historicamente construídas. Outro avanço foi aprovação da lei, em junho deste ano, que tipifica a violência do-

mo mobilizadas e, logo no seu segundo congresso, foi apresentada proposta de criação de uma comissão que pensasse e elaborasse política sindical voltada para o fim da opressão e da exploração a mulher no mercado de trabalho e na sociedade. A

Reforma da Previdência

Como fica o servidor que fizer novo concurso

José Prata Araújo*

Uma preocupação de muitos servidores federais é como ficarão as regras da previdência no caso da aprovação em um novo concurso público. Nesse caso, temos uma boa notícia. O governo federal editou a Orientação Normativa SPS nº 3, em 12/8/04, reconhecendo o direito à aposentadoria integral para tais servidores concursados.

A aposentadoria integral só foi mantida para os servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003. Para quem realizar um novo concurso

público após essa data, a referida Orientação Normativa, em seu artigo 57, prevê o seguinte: "Para fins de fixação da data de ingresso no serviço público, quando o servidor tiver ocupado, sem interrupção, sucessivos cargos na administração pública direta, autárquica e fundacional, em qualquer dos entes federativos, será considerada a data da mais remota investidura dentre as ininterruptas". Isso significa, portanto, que quem era servidor(a) público em 31/12/2003, caso não tenha um vínculo no setor privado depois daquela data, se vier a ser aprovado em um novo concurso público, será considera-

do velho servidor para fins previdenciários.

Assim, tais servidores que prestarem novos concursos não serão submetidos às novas regras, como o teto de R\$ 2.508,72, por exemplo, e terão direito à aposentadoria integral. Para isso, terão que cumprir os critérios fixados na emenda constitucional 41 para esse tipo de aposentadoria: idade de 60 anos, se homem, e de 55 anos, se mulher; 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; 20 anos no serviço público; dez anos na carreira e cinco no cargo.

Para continuar com direito à

aposentadoria integral, portanto, além dos critérios de idade, tempo de contribuição e tempo de serviço público previstos nesse tipo de aposentadoria, o servidor(a) deverá também cumprir o tempo exigido na nova carreira e no novo cargo. Isso significa que, se alguém realizar um novo concurso público em final de carreira, poderá ter acesso à aposentadoria integral, mas terá que cumprir um tempo mínimo de dez anos na nova carreira para se aposentar.

* economista e especialista em assuntos previdenciários. Artigo publicado originalmente em www.sitraemg.org.br